



WILDESCAPE EU

RECOMENDAÇÃO POLÍTICA

Wildescape EU

Conneting nature and ecotourism in Europe

2024-1-ES02-KA22-YOU-000255635

| Chipre | Espanha | Irlanda | Itália | Portugal |



Co-funded by
the European Union

INFORMAÇÕES DO PROJETO

Programa: Erasmus+

Ação-chave 2: Parcerias de Cooperação em projetos de juventude

Número do Projeto: 2024-1-ES02-KA22-YOU-000255635

Título do Projeto: Wildescape EU – Connecting nature and ecotourism in Europe

Acrónimo: Wildescape EU

Coordenador do Projeto: Asociación para el Desarrollo Rural Integral de Las Tierras del Jiloca y Gallocanta (ADRI)

Autoridade Contratante: Agência Nacional Española de la Juventud (INJUVE)

Duração: 01/09/2024 – 31/08/2026

INFORMAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Atividade: WP4 – Pilotagem internacional – pacotes turísticos sustentáveis e recomendação de políticas

Título: Promover um turismo sustentável, inclusivo e de base comunitária na Europa

Data da publicação: 2026

AUTORES

ADRI JILOCA GALLOCANTA (Espanha)

CRESAÇOR (Portugal)

FA BENE (Itália)

IKIGAI (Espanha)

INNOVADE (Chipre)

Janus (Irlanda)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Financiado pela União Europeia. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por esses factos.

LICENÇA

Creative Commons CC BY 4.0

1. TÍTULO

Promoção do turismo sustentável, inclusivo e baseado na comunidade na Europa.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O turismo é um setor económico fundamental na União Europeia. No entanto, os modelos atuais geram frequentemente **pressão ambiental, desequilíbrios sazonais e benefícios limitados para as comunidades locais**, particularmente em destinos rurais e baseados na natureza.

A transição para o turismo sustentável é essencial para alcançar os objetivos do **Pacto Ecológico Europeu**, reforçar a resiliência e garantir a competitividade a longo prazo do ecossistema turístico. Apesar dos progressos, subsistem lacunas significativas no alinhamento das políticas, nos sistemas de monitorização e na implementação prática de modelos de turismo sustentáveis e baseados na comunidade.

O **projeto Wildescape EU** demonstra que o ecoturismo e as abordagens baseadas na comunidade podem contribuir eficazmente para a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento local e o envolvimento dos jovens. As atividades-piloto e as consultas às partes interessadas desenvolvidas no Chipre, Espanha, Irlanda, Itália e Portugal destacaram tanto o potencial como as barreiras estruturais à expansão destes modelos.

O presente documento apresenta as seguintes recomendações prioritárias:

1. Promover a liderança jovem:

- Apoiar iniciativas lideradas por jovens;
- Integrar os jovens nos processos de governação;
- Investir em competências e empreendedorismo.

2. Apoiar modelos comunitários:

- Reforçar as cadeias de valor locais;
- Promover a certificação do ecoturismo de autenticidade;
- Melhorar o acesso a financiamento para PMEs rurais.

3. Reforçar a coerência das políticas:

- Alinhar o turismo com políticas climáticas, de biodiversidade e rurais;
- Integrar os critérios de sustentabilidade nos financiamentos.

4. Investir no desenvolvimento de competências e capacidades:

- Investir em formação em sustentabilidade, digitalização e inovação;
- Promover a troca de conhecimentos.

5. Melhorar a monitorização e apresentação de resultados:

- Usar indicadores comuns (ex.: ETIS)
- Requerer a apresentação de relatórios de impacto.

6. Promover a replicação de boas práticas:

- Replicar modelos turísticos comprovados;
- Apoiar projetos-piloto e experiências locais.

O projeto **Wildescape UE** destaca o papel fundamental dos jovens enquanto agentes ativos na transição para o turismo sustentável. Para além de serem beneficiários, os jovens atuam como inovadores, empreendedores, facilitadores do envolvimento comunitário e embaixadores da consciência ambiental. O seu envolvimento reforça a sustentabilidade e a resiliência a longo prazo dos ecossistemas turísticos.

Estas recomendações destinam-se às **autoridades nacionais, regionais e locais**, bem como às **autoridades de gestão dos fundos da UE**.

3. PREÂMBULO

O projeto Wildescape UE promove o **ecoturismo como uma ferramenta para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento local sustentável**. Através da consulta às partes interessadas, da cocriação e de ações-piloto, apoia os jovens na conceção e implementação de experiências turísticas em zonas rurais.

Os resultados mostram que o **turismo sustentável** pode dar resposta a desafios fundamentais, tais como a sazonalidade, a pressão ambiental e a perda de receitas económicas. No entanto, persistem obstáculos, incluindo uma regulamentação fragmentada, definições pouco claras de ecoturismo e mecanismos de apoio limitados.

Nos países participantes, o **ecoturismo** é cada vez mais reconhecido como uma alternativa ao turismo de massa. No entanto, a compreensão varia, particularmente no que diz respeito à distinção entre o **ecoturismo autêntico** e as **abordagens orientadas para o marketing**.

O ecoturismo é aqui entendido como uma **forma responsável de viajar** para áreas naturais, que apoia a conservação e melhora o bem-estar das comunidades locais.

Os jovens são fundamentais para esta transição. O seu envolvimento na cocriação, implementação e promoção de experiências turísticas fomenta a inovação, reforça a identidade local e apoia a transferência de conhecimentos entre gerações.

As recomendações abaixo apresentadas baseiam-se nos resultados práticos do projeto Wildescape UE e refletem as principais estratégias da União Europeia:

1- **Pacto Ecológico Europeu**, que apela a um turismo neutro em termos climáticos e eficiente na utilização dos recursos;

2 - O **Roteiro de Transição para o Turismo**, que promove a resiliência, a sustentabilidade e o desenvolvimento de competências em consonância com as prioridades da UE; e

3 - O **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, que enfatiza a inclusão e a acessibilidade.

Estas recomendações destinam-se a:

- **Ministérios nacionais do turismo;**
- **Autoridades regionais;**
- **Autarquias locais e organizações de gestão de destinos (DMOs);**
- **Autoridades de gestão dos programas de financiamento da UE.**

4. CONSIDERAÇÕES

Estas recomendações apoiam o desenvolvimento de modelos turísticos resilientes e inclusivos:

1. O **turismo** tem um impacto ambiental, social e económico significativo.
2. O **Pacto Ecológico Europeu**, proposto pela Comissão Europeia, apela a uma economia neutra em termos climáticos, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, incluindo no setor do turismo.
3. O «**Caminho de Transição para o Turismo**» salienta a importância de impulsionar a transição ecológica, reforçar a resiliência e promover o desenvolvimento de competências em todo o ecossistema turístico.
4. Os **modelos tradicionais de turismo** exercem frequentemente pressão sobre os ecossistemas e as comunidades locais.
5. A **transição para o turismo sustentável** requer a adoção de abordagens de baixo impacto e centradas na comunidade, bem como a promoção de experiências com impacto.
6. As **economias locais** beneficiam de modelos turísticos que apoiam os pequenos produtores, promovam as cadeias de valor locais e reduzam a saída de benefícios económicos.
7. A acessibilidade, a inclusão e a participação da comunidade são **princípios fundamentais** das políticas da UE, incluindo o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

8. Os **pacotes turísticos colaborativos** demonstram a mais-valia das abordagens experienciais, centradas no local e lideradas pela comunidade para reforçar a sustentabilidade e promover o envolvimento colaborativo entre as partes interessadas.

9. O **desenvolvimento de competências** e a facilitação da **transição digital e ecológica** PMEs do setor do turismo são cruciais para garantir a competitividade e a sustentabilidade do turismo.

5. PARTE OPERACIONAL

Recomenda, por conseguinte, que os **Estados-Membros**:

1. Assegurar o alinhamento das políticas

Alinhar as estratégias turísticas nacionais e regionais com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, com especial enfoque na neutralidade climática, na eficiência dos recursos e no crescimento sustentável:

- Criar mecanismos de financiamento para iniciativas turísticas de base comunitária e baseadas na natureza;
- Dar prioridade às zonas rurais, às PMEs e aos projetos liderados por jovens;
- Integrar critérios de sustentabilidade nos programas de financiamento da UE e nacionais.

2. Desenvolver sistemas robustos de monitorização e de dados

Desenvolver e implementar quadros de monitorização alinhados com os indicadores de sustentabilidade da UE para o turismo, garantindo a comparabilidade e a elaboração de políticas baseadas em dados concretos.

- Exigir a apresentação de relatórios de sustentabilidade como condição para o financiamento público;
- Melhorar a recolha de dados a nível local e regional;
- Desenvolver sistemas de monitorização com os indicadores de sustentabilidade da UE.

3. Acelerar a transição ecológica e digital

Apoiar as transições ecológica e digital do ecossistema do turismo, em conformidade com o Roteiro de Transição para o Turismo, reforçando simultaneamente a resiliência e competitividade:

- Conceder incentivos financeiros e apoio técnico às PMEs que adotem práticas sustentáveis e ferramentas digitais;
- Desenvolver programas de formação específicos sobre sustentabilidade, ecoturismo e digitalização;
- Apoiar a inovação em serviços turísticos de baixo impacto.

4. Promover iniciativas de turismo sustentável baseadas na comunidade

Fomentar a transição para modelos de turismo de baixo impacto, enraizados no território e orientados para a comunidade, que respeitem os limites ambientais e reforcem os benefícios socioeconómicos:

- Apoiar iniciativas de cocriação com as comunidades locais;
- Incentivar o envolvimento ativo das partes interessadas na conceção conjunta, governação e gestão das atividades turísticas;
- Introduzir sistemas de certificação para distinguir o ecoturismo autêntico.

5. Assegurar a inclusão e a justiça social

Garantir a acessibilidade, a inclusão e a participação equitativa no turismo, em conformidade com os princípios da União, incluindo os refletidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

- Promover a acessibilidade nas infraestruturas e serviços turísticos;
- Apoiar programas destinados aos jovens e às pessoas em situações vulneráveis;
- Incentivar modelos de turismo lento e estadias mais longas para reduzir a pressão ambiental e a sazonalidade;
- Promover a participação dos jovens como contribuintes ativos no planeamento, implementação e avaliação do turismo, apoiando iniciativas lideradas por jovens, o empreendedorismo e o envolvimento da comunidade no turismo sustentável.

6. ORIENTAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

Mecanismos de financiamento:

- Atribuir financiamento específico no âmbito dos programas da UE e nacionais;
- Introduzir subsídios, vouchers e incentivos para iniciativas de turismo sustentável;
- Dar prioridade a projetos liderados por jovens e a start-ups de turismo comunitário.

Ferramentas de governação:

- Criar plataformas multissetoriais a nível local e regional;
- Promover parcerias público-privadas e modelos de governação comunitária;
- Assegurar a participação ativa dos jovens nos processos de tomada de decisão.

Exemplos práticos de pacotes de turismo sustentável:

- Experiências culturais e gastronómicas (Chipre);
- Imersão rural e turismo lento (Espanha);
- Gastronomia de base comunitária (Portugal-Açores);
- Experiências culturais e de narração de histórias (Irlanda);
- Experiência na natureza e de base comunitária (Itália).

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em consonância com o **Pacto Ecológico Europeu**, a **Estratégia da UE para o Turismo Sustentável** e o **Roteiro para a Transição do Turismo**, defendemos que estas recomendações devem ser divulgadas às partes interessadas a nível europeu, nacional e local e incorporadas em quadros políticos, programas de financiamento e estratégias institucionais.

Estas recomendações visam apoiar a transição sistémica para o turismo sustentável na Europa. A sua adoção contribuirá para a proteção ambiental, a resiliência económica e a inclusão social.

As conclusões do projeto Wildescape EU, que estabelece uma ligação entre o turismo e o ecoturismo na Europa, destacam a **necessidade urgente de desenvolver ou atualizar políticas públicas centradas no ecoturismo e na sustentabilidade dos territórios**.

Salientamos também a importância do **acompanhamento** e da **avaliação contínua** como pilares essenciais para garantir o impacto a longo prazo, a resiliência e a sustentabilidade do ecossistema turístico.



WILDESCAPE EU



fa bene.



Co-funded by
the European Union